



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Luciano Lorenzini Zucco, brasileiro, casado, Deputado Federal no exercício do mandato, Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, inscrito no CPF/MF sob o nº 724.343.250-68, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 962, Praça dos Três Poderes, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70.160-900, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 37, *caput* e inciso XXI, 70, 71, inciso IV, e 74, § 2º, da Constituição Federal de 1988, no uso da legitimidade processual que o inciso III do art. 237 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas assegura aos Deputados Federais no exercício do mandato, formular a presente:

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE SUSPENSÃO CAUTELAR DE
CONTRATO E DE AFASTAMENTO DO CARGO

Em desfavor do Senhor Valter Correia da Silva, titular da Secretaria Extraordinária para a COP30, órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República; do Senhor Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, Secretário Executivo do Ministério da Educação; do Senhor Maurício Pinto Ferreira Juvenal, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e da Organização dos Estados Ibero-Americanos, na pessoa de seu Diretor Rodrigo Rossi, com endereço na SHS, Quadra 6, Conjunto A, Bloco C, sala 919, Edifício Brasil, XXI CEP n. 70.316-109 Brasília/DF, e inscrita no CNPJ n. 06.262.080/0001-30, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:



I. DO MÉRITO DA DENÚNCIA.

Reportagem investigativa do canal de notícias CNN, do dia 28 de fevereiro de 2025, dá conta da assinatura de Acordo de Cooperação Internacional entre a União e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, no valor de R\$ 478.345.805,33 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos), com vigência da data de sua assinatura, 18 de dezembro de 2024, até 30 de junho de 2026, visando à preparação, a organização e a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – COP30, que será realizada na cidade de Belém, Estado do Pará, no mês de novembro de 2025.

O fato de ter sido contratado, sem licitação, um organismo multilateral que, em tese, não possui finalidades lucrativas, e o valor exorbitante de quase meio bilhão de reais para a organização de um evento, chama a atenção por si só. Entretanto, a reportagem traz, além disso, a inevitável correlação entre dois fatores políticos que podem ter contribuído para a facilitação da celebração desse termo de cooperação internacional.

Trata-se da movimentação funcional do Senhor Leonardo Osvaldo Barchini Rosa entre as esferas da organização internacional e do governo federal. Conforme aponta página do site da OEI¹, o Senhor Barchini ocupou o cargo de Diretor da instituição no Brasil de setembro de 2023 a julho de 2024.

Ato contínuo, assumiu a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, precisamente em 31 de julho de 2024, mas, pelo menos desde o dia 19 de julho de 2024, quando Barchini ainda era Diretor da OEI, o Senhor Ministro da Educação, Camilo Santana, já tornava público que ele seria nomeado seu braço direito na Pasta².

¹ <https://oei.int/pt/escritorios/brasil/noticia/leonardo-barchini-e-nomeado-secretario-executivo-do-ministerio-da-educacao-do-brasil/>

² <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/leonardo-barchini-nomeado-secretario-executivo-do-MEC>



O que importa e é relevante para os fins desta Representação é aprofundar não a simples movimentação na carreira do Senhor Barchini, mas as inéditas ações orçamentárias que foram efetivadas em benefício da OEI nos períodos em que ele esteve à frente da Diretoria da instituição no Brasil e nos meses que sucederam o seu retorno ao governo federal.

De acordo com dados do Portal da Transparência, de janeiro a agosto de 2023, as despesas do governo federal com a OEI foram no montante de R\$ 17.465.385,15 (dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos)³.

De setembro de 2023, quando o Senhor Barchini assume a Diretoria da OEI no Brasil, até julho de 2024, quando volta a compor os quadros do Ministério da Educação, as despesas do governo federal com a OEI somaram R\$ 46.877.367,79 (quarenta e seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos).

Ao passo que, no lapso de apenas seis meses, de agosto de 2024, data a partir da qual o Senhor Barchini está à frente da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, até janeiro de 2025 – limite dos dados disponíveis – os gastos do governo federal com a OEI explodiram para o valor de R\$ 133.483.593,98 (cento e trinta e três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).

Reunidos esses valores já pagos – na ordem de R\$ 197.826.946,92 (cento e noventa e sete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos) – com a projeção de gastos decorrentes do Acordo de Cooperação Internacional acima referido, chegamos ao expressivo valor de R\$ 676.172.152,25 (seiscentos e setenta e seis milhões, cento e setenta e dois mil, cento e

³

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=28%2F02%2F2025&cpfCnpj=06.262.080%2F0001-30&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2Cfavorecido%2CtipoFavorecido%2CufFavorecido%2CmunicipioFavorecido%2CvalorRecebido&ordenarPor=mesAno&direcao=asc>



cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos) em benefício da OEI, apenas nos dois primeiros anos de governo Lula.

Permanecendo essa constante de gastos públicos, com o dinheiro do povo brasileiro para alimentar a OEI, em quatro anos de gestão Lula entregaremos à instituição cifras que facilmente poderão chegar à casa dos R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), caso nada for feito para conter essa sangria de recursos nacionais.

Para se ter uma ideia de comparação, nos quatro anos do governo anterior, as despesas do governo federal em cooperações com a OEI somaram R\$ 78.955.465,45 (setenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)⁴.

Não bastasse o absurdo desses dados, que sinalizam caso gravíssimo de má-gestão dos recursos públicos, visto que ações de fiscalização e controle de recursos nacionais repassados a organismos internacionais são dificultadas, se não mesmo impossibilitadas, devido a remessa desses recursos para contas bancárias mantidas em instituições financeiras sediadas no exterior, outro fator inédito nas relações entre o governo federal e a OEI faz acender o alerta máximo de quem cuida o patrimônio nacional.

Cuida-se da incorporação, no Orçamento Fiscal da União de 2024, de contribuições voluntárias destinadas à OEI, que nada mais são do que atos meramente liberatórios, gratuitos, sem a exigência de nenhuma contrapartida, em outras palavras, doações pura e simples do Tesouro Nacional para a Organização dos Estados Ibero-Americanos, que vão por fora das obrigações financeiras que cabe a cada Estado membro realizar.

Essas doações incondicionadas e livres para a OEI, jamais existiram no Orçamento da União, conforme pesquisado no Portal da Transparência, quando utilizados como

4

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos?paginaçãoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2019&ate=31%2F12%2F2022&cpfCnpj=06.262.080%2F0001-30&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2Cfavorecido%2CtipoFavorecido%2CuffFavorecido%2CmunicipioFavorecido%2CvalorRecebido&ordenarPor=mesAno&direcao=asc>



argumento de pesquisa o CNPJ da OEI como favorecido do pagamento e a ação orçamentária correspondente – contribuição voluntária (códigos 00w4,00w7 e 00w9).

As únicas ocorrências dessa espécie aparecem no ano de 2024, justamente no período de maior trânsito e fluxo de contatos da OEI com o governo federal, por intermédio do Senhor Barchini, ora como Diretor da organização no Brasil, ora como integrante do segundo escalão da Pasta da Educação.

Esse fluxo de contatos não é mera elucubração, pois a extensa agenda de reuniões e encontros entre o Senhor Mariano Jabonero, Secretário-Geral da OEI, do Senhor Barchini (nas duas posições, no governo e na organização, chegando mesmo a ser homenageado em publicação no site dessa última⁵) e integrantes do primeiro escalão do governo federal, o próprio presidente Lula e a Senhora Janja, sua consorte, estão amplamente divulgadas nas redes sociais da OEI e das autoridades⁶.

Tudo indica que esse alinhamento ideológico⁷, os apertos de mãos, os sorrisos afetuosos e a celebração de amizades entre essas pessoas estão custando muito caro para o Brasil, onde o dinheiro está faltando no bolso do cidadão, invertendo a lógica de atendimento dos interesses do povo brasileiro em primeiro e absoluto lugar.

Os valores repassados a título de doações são estarrecedores, chegando ao total de R\$ 98.092.816,00 (noventa e oito milhões, noventa e dois mil e oitocentos e dezesseis

⁵ <https://oei.int/pt/escritorios/brasil/noticia/leonardo-barchini-e-nomeado-secretario-executivo-do-ministerio-da-educacao-do-brasil/>

⁶ https://www.instagram.com/oeibrasil/p/DGD5ONuRbrE/?img_index=1

<https://www.poder360.com.br/poder-flash/janja-discute-combate-a-desigualdade-com-novo-diretor-da-oei/>

<https://oei.int/pt/escritorios/brasil/noticia/barchini-e-stedile-estudam-projetos-conjuntos-em-educacao/>

⁷ Apenas a título de exemplificação, manifestações públicas do Senhor Mariano Jabonero de alinhamento ideológico com as pautas da esquerda globalista e de contrariedade a políticas educacionais legitimamente erguidas pelo Governo do Presidente Bolsonaro, notadamente a escola sem partido e a educação familiar:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/10/politica/1541810562_488730.html

<https://oglobo.globo.com/brasil/secretario-geral-da-oei-diz-que-educacao-deve-ser-poupada-de-cortes-nos-momentos-de-crise-23988481>



reais), dos quais R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) foram pagos nos meses de abril e maio de 2024, na reta final da gestão de Barchini à frente da Diretoria da OEI no Brasil, e o restante de R\$ 86.092.816,00 (oitenta e seis milhões, noventa e dois mil e oitocentos e dezesseis reais) foram pagos nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2024, exatamente nos cinco meses que sucederam ao retorno do Senhor Barchini para o governo federal.

As doações foram distribuídas da seguinte forma:

- 1) Ação 00w4 - *Contribuição Voluntária Com Vistas à Realização de Atividades de Promoção e Fortalecimento do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Contexto Ibero-Americano*, no valor de R\$ 49.092.816,00 (quarenta e nove milhões, noventa e dois mil e oitocentos e dezesseis reais), executados pelo Órgão Superior: Secretaria da Micro e Pequena Empresa, código 69000, Unidade Gestora: Secretaria de Assuntos Administrativos do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, código 690011⁸;
- 2) Ação 00w7 - *Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para Realização de Atividades de Promoção do Diálogo e da Participação Social*, no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), executados pelo Órgão Superior: Presidência da República, código 20000, Unidade Gestora: Secretaria-Geral da Presidência da República, código 110818⁹; e,
- 3) Ação 00w9 - *Contribuição Voluntária à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)*, no valor de R\$

8

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos/favorecido?paginacaoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=data%2CdocumentoResumido%2ClocalizadorGasto%2Cfase%2Cespecie%2Cfavorecido%2CuffFavorecido%2Cvalor%2Cug%2Cuo%2Corgao%2CorgaoSuperior%2Cgrupo%2Celemento%2Cmodalidade%2CplanoOrcamentario%2Cautor&favorecido=8820095&faseDespesa=3&acao=00W4&ordenarPor=valor&direcao=desc>

9

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos/favorecido?paginacaoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=data%2CdocumentoResumido%2ClocalizadorGasto%2Cfase%2Cespecie%2Cfavorecido%2CuffFavorecido%2Cvalor%2Cug%2Cuo%2Corgao%2CorgaoSuperior%2Cgrupo%2Celemento%2Cmodalidade%2CplanoOrcamentario%2Cautor&favorecido=8820095&faseDespesa=3&acao=00W7&ordenarPor=valor&direcao=desc>



35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), executados pelo Órgão Superior: Ministério da Educação, código 26000, Unidade Gestora: Subsecretaria de Gestão Administrativa do Ministério da Educação, código 150002¹⁰.

Uma lupa de alta potência deve ser lançada sobre essa última ação orçamentária, de código 00w9. Os R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) doados livre e graciosamente pelo Tesouro Nacional para a OEI foram fruto de crédito especial aberto pela Lei n. 14.894, de 12 de junho de 2024, que por sua vez foi consequência da tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN n. 8, enviado ao Parlamento pelo Poder Executivo no dia 6 de maio de 2024, compreendendo, portanto, os dois meses que antecederam a transferência do Senhor Barchini da Diretoria da OEI no Brasil para a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

Obviamente, por ser Diretor da OEI no Brasil e ser essa a organização destinatária da doação decorrente do crédito especial aberto no Orçamento Fiscal da União, é de se presumir que o Senhor Barchini participou diretamente das articulações que culminaram nesse resultado, afinal, essa era a sua função institucional.

Por sua vez, o pagamento efetivo desses R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ocorreu no dia 30 de agosto de 2024, por ordem da Subsecretaria de Gestão Administrativa do Ministério da Educação, que é diretamente subordinada à Secretaria-Executiva da Pasta, a qual, nessa data, já estava sendo comandada pelo Senhor Barchini.

Diante desse cenário, é dispensável ser alguém letrado em orçamento e administração pública, para se perceber que há fundadas suspeitas de promiscuidade no trânsito do dinheiro público. Se o princípio é o da presunção da boa-fé, há mais do que razões para que essa presunção seja plenamente afastada nesse caso.

Se não bastasse a gravidade desses fatos, é ultrajante se observar dos anexos da Lei n. 14.894/2024, que esses R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) entregues gratuitamente à OEI **tiveram como contrapartida o cancelamento de R\$**

¹⁰

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos/favorecido?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=data%2CdocumentoResumido%2ClocalizadorGasto%2Cfase%2Cespecie%2Cfavorecido%2CuffFavorecido%2Cvalor%2Cug%2Cuo%2Corgao%2CorgaoSuperior%2Cgrupo%2Celemento%2Cmodalidade%2CplanoOrçamentario%2Cautor&favorecido=8820095&faseDespesa=3&acao=00W9&ordenarPor=valor&direcao=desc>



20.000.000,00 (vinte milhões de reais) destinados originariamente ao custeio de atividades relacionadas a Exames e Avaliações da Educação Básica Nacional e ao Apoio à Implantação de Escolas em Tempo Integral, e de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) dotados originariamente à Integralização de cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio, como se os programas governamentais que possuem esse objetivo estivessem com dinheiro sobrando. Porém, é lógico que não é esse o caso, pois basta se lembrar os insanáveis problemas estruturais e financeiros que recaem sobre o denominado Programa Pé-de-Meia.

Cabe observar, por oportuno, que foi por meio dessa mesma Lei n. 14.894/2024, que a Secretaria-Geral da Presidência da República, comandada pelo Senhor Marcio Costa Macêdo, cancelou R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) originariamente previstos para serem gastos com políticas de participação social no Brasil, a fim de transformá-los em doação à OEI, presente esse embalado e entregue na forma da abertura de crédito especial no Orçamento Fiscal da União.

Outro ponto que suscita elevadas suspeitas acerca da ocorrência de conflito de interesses, na forma do art. 5º, inciso IV, da Lei n. 12.813/2013, e de seus consectários na legislação cível e criminal de proteção da probidade na administração e do patrimônio público, é o fato de que, apesar de o Acordo de Cooperação Internacional firmado entre a União e a OEI mencionado na reportagem da CNN, no valor de R\$ 478.345.805,33 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos), ter sido assinado apenas em 18 de dezembro de 2024, há no Portal da Transparência o registro de dois pagamentos para a OEI relacionados a esse objeto – preparação e organização da COP30 em Belém/PA – nos meses de agosto e dezembro de 2024, da seguinte forma:

- 1) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) pagos em 26 de agosto de 2024, à ordem da Secretaria Extraordinária para a COP30 da Presidência da República¹¹; e,

¹¹

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos/pagamento/110844000012024OB000001?ordenarPor=fase&direcao=desc>



2) R\$ 15.713.536,00 (quinze milhões, setecentos e treze mil e quinhentos e trinta e seis reais), pagos em 23 de dezembro de 2024, mas empenhados desde 29 de novembro de 2024, à ordem Secretaria Extraordinária para a COP30 da Presidência da República¹².

Logo, pergunta-se: Além do acordo de quase meio bilhão de reais assinado em 18 de dezembro de 2024, há algum outro instrumento que possua o mesmo objeto? Ou as despesas foram incorridas antecipadamente à celebração do instrumento de cooperação?

Perguntas como essa precisam ser respondidas, tendo em vista que todas as evidências apontam no sentido de que há uma força política oculta muito forte que está impulsionando a inédita e atípica transferência desse enorme volume de recursos públicos do povo brasileiro, para alimentar os cofres dessa organização internacional.

Uma prova material de que isso está acontecendo pode ser vista na edição do Decreto n. 11.941, de 12 de março de 2024, assinado pelo Presidente Lula, que elevou para 10% a taxa de administração de organismo internacional com o qual o Brasil assine acordo, para fins de preparação, organização e realização do G20, da COP30 e da XVII Cúpula do Brics.

Como se viu, para a COP30, a União destinou à OEI quase meio bilhão de reais, o que gera uma taxa de administração de ao menos R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a entidade. Para a preparação do G20, que corre sob a ação orçamentária 162G – Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil –, a União já desembolsou R\$ 7.832.426,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e dois mil e quatrocentos e vinte e seis reais) em favor da OEI¹³.

¹²

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos/pagamento/110844000012024OB000050?ordenarPor=fase&direcao=desc>

¹³

<https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/recursos-recebidos/favorecido?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=data%2CdocumentoResumido%2ClocalizadorGasto%2Cfase%2Cespecie%2Cfavorecido%2Cuffavorecido%2Cvalor%2Cug%2Cuo%2Corgao%2CorgaoSuperior%2Cgrupo%2Celemento%2Cmodalidade%2CplanoOrçamentario%2Cautor&favorecido=8820095&faseDespesa=3&acao=162G&ordenarPor=valor&direcao=desc>



Da mesma forma, já se observa que, de maneira sorrateira e por debaixo do radar, por veicular valores que, isoladamente, não são de grande monta, essas doações à OEI passam a integrar o *modus operandi* e a política institucional da Presidência da República, como se nota do Volume 4 do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, onde se registra a ação 00w7 – *Contribuição Voluntária à OEI para Realização de Atividades de Promoção do Diálogo e da Participação Social*, à conta da Secretaria-Geral da Presidência da República, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Todavia, todos sabemos que, o mais provável e plausível, é que esse um milhão de reais seja incrementado, ao longo do exercício, por meio de créditos adicionais, como sói acontecer.

A impressão que esses fatos deixam é de que estamos diante da face mais nefasta do chamado *globalismo*, que subjuga e coloca de joelhos os interesses nacionais, para atender aos interesses de um grupo de burocratas com alta formação acadêmica, de cujas ações nenhum benefício concreto direto é sentido pela população que paga essa conta, mesmo porque, o compromisso dessas pessoas não é primeiramente com o povo local, mas antes de tudo com o incremento da influência política e com o aumento do poder econômico da própria instituição da qual vêm.

Os fatos acima narrados exalam uma falta de transparência escandalosa na gestão dos recursos públicos.

Enquanto o povo brasileiro vive hoje esmagado e sufocado pelos altos índices de inflação, que pesam principalmente sobre os bens de primeira necessidade; pelas taxas de juros estabilizadas acima dos dois dígitos e sob dominância fiscal; e pelo câmbio que perigosamente flutua em bandas cada vez mais elevadas, o alto escalão do Poder Executivo Federal se arroga no poder de distribuir **benesses financeiras a entidade que tem sede na Espanha**, agindo como se não estivesse faltando dinheiro para os hospitais, para o arroz e feijão da merenda escolar de milhões de crianças ao redor do Brasil e para a modernização da infraestrutura nacional.

Com a contabilidade pública amarrada pelo pescoço, as graves projeções de crescimento da dívida em relação ao PIB e um orçamento engessado pelos gastos obrigatórios, é cediço que muito pouco sobra da riqueza nacional para ser destinado a investimentos. É absolutamente inadmissível, que do pouco que sobra



para esse fim, entreguemos de mão beijada para uma organização internacional, sem nenhuma contrapartida.

Quantas empresas brasileiras de eventos, quantos empregos diretos e indiretos, poderíamos estar a enriquecer e a gerar se a gestão petista do governo federal de fato se preocupasse com o povo brasileiro?

A exemplo do escândalo das marmitas fantasmas do Programa Cozinha Solidária do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que corre sob a batuta do Senhor Wellington Dias e tem orçamento de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para esse fim, é imprescindível que estejamos todos muito atentos no exercício de nossos múnus públicos de fiscalização e controle dos gastos do governo, pois é possível que uma nova era da corrupção estrutural no Brasil esteja sendo inaugurada.

Não mais vivemos no tempo do Petrolão, onde rios de dinheiro público eram desviados das grandes obras de infraestrutura conduzidas pelo grupo de empreiteiras conhecidas como campeãs nacionais, obras essas realizadas tanto em solo brasileiro como em favor de países estrangeiros alinhados ideologicamente com o regime petista.

Os fatos dão sinais de que o caminho de saída ilícita do dinheiro público para o bolso de particulares pode estar a acontecer por intermédio de infindáveis contratos firmados pela administração pública com o terceiro setor, a maior parte dos quais celebrados sem prévio procedimento licitatório, ante a permissividade da legislação de regência, que parte da presunção de boa-fé.

Cumpra-se, por fim, reafirmar a Vossa Excelência, que, por meio desta Representação, são coligidos elementos probatórios de fatos de extrema gravidade que atentam contra os princípios da Administração Pública e que oferecem riscos aos ditames constitucionais de gestão dos recursos públicos, notadamente a transparência, a eficiência, a efetividade, a legitimidade, a economicidade, a motivação e o atendimento prioritário do interesse público do povo brasileiro, de sorte que investigações merecem ser abertas e aprofundados os conhecimentos com relação a esse tema, para que, somente após o fim das apurações, imputações possam ser definitivamente atribuídas aos seus responsáveis.

II. DO PEDIDO.

Por essas razões, postula-se a Vossa Excelência:

- a) O recebimento da presente Representação, para que se lhe dê devida e regular tramitação, em face da gravidade dos fatos narrados e amparados por evidências documentais disponíveis no Portal da Transparência, uma vez preenchidos os requisitos previstos no art. 74, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 144 e 234 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas – RITCU, especialmente para se auditar a adequação constitucional dos gastos do governo federal realizados e que tiveram como favorecida a Organização dos Estados Ibero-Americanos, a título gracioso, oneroso, ou em contraprestação a serviços prestados;
- b) A suspensão cautelar do Acordo de Cooperação Internacional estabelecido entre a União e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, no valor de R\$ 478.345.805,33 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta e três centavos), com vigência da data de sua assinatura, 18 de dezembro de 2024, até 30 de junho de 2026, na forma do art. 276 do RITCU, perquirindo-se acerca da execução do valor contratado antes mesmo de celebrado o acordo;
- c) O afastamento cautelar do Senhor Leonardo Osvaldo Barchini Rosa do cargo de Secretário Executivo do Ministério da Educação, na forma do art. 273, *caput*, do RITCU, pois presentes indícios suficientes de que tem utilizado do cargo para beneficiar a OEI, em detrimento dos interesses da República Federativa do Brasil;
- d) A intimação dos Representados para que, querendo, apresentem defesa, e para que esclareçam a destinação dos recursos públicos federais transferidos para a OEI, destacadamente aqueles transferidos a título de doação;
- e) A oitiva do Senhor Maurício Pinto Ferreira Juvenal, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para que explique a manobra orçamentária que justificou a doação de R\$



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO

49.092.816,00 (quarenta e nove milhões, noventa e dois mil e oitocentos e dezesseis reais) à OEI, ao passo que a ação orçamentária respectiva, código 00w4, estava prevista na Lei Orçamentária Anual de 2024 como consignada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

- f) A confirmação das cautelares em decisão definitiva;
- g) A aplicação das sanções cabíveis aos representados, inclusive de ressarcimento ao erário e aplicação de multa.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Brasília, de março de 2025.

Deputado **ZUCCO (PL/RS)**

Líder da Oposição